

O APARATO REPRESSIVO BRASILEIRO: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA E CONFRONTOS PELO PODER.

Carla Reis Longhi¹

Resumo

O artigo apresenta a estruturação do Aparato Repressivo brasileiro a partir da observação da documentação de comunicação entre o SNI e o DEOPS/SP. O propósito é o de analisar as tensões e confrontos que permeiam sua constituição, bem como as dinâmicas de violência embutidas no projeto que lhe dá forma.

Palavras-chave

Autoritarismo; violência; regime militar

Abstract

This article presents the structure of the brazilian repressive apparatus from the observation of communication documents between the SNI and DEOPS/SP. We purpose to analyze the tensions and conflicts that underlie its formation and the violence dynamics embedded in it.

Keywords

Authoritarianism; Violence; Dictatorship.

Carla Reis Longhi

Nossa proposição neste artigo é a de refletir sobre a constituição do Aparato Repressivo brasileiro, durante o regime militar a partir de três eixos: o primeiro é o diálogo com fonte documental; o segundo é o de abordar a constituição de tal Aparato como um processo, buscando reconstituir conflitos e interesses e, por fim, refletir sobre os significados da estrutura repressiva instituída no período, ponderando sobre as dinâmicas da violência no Brasil, violência esta em parte herdada do período anterior ao golpe, intensificada bruscamente durante o regime militar e, em parte, mantida, no contexto da redemocratização.

Os três eixos propostos já foram explorados individualmente por muitos pesquisadores e é a correlação dos três aspectos que, a nosso ver, pode contribuir com a discussão sobre o caráter autoritário de nosso Estado, apesar do enorme risco da superficialidade ao pretendermos abordar a confluência de temas tão densos e espinhosos. Trata-se de um recorte temático que carrega controvérsias e indica um processo de contínuas escolhas. Estas começam com o recorte documental. Utilizamos parte da documentação de comunicação DEOPS_SNI inserida em vasto corpo documental de produção do DEOPS/SP, hoje arquivadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo. O primeiro aspecto que gostaríamos de destacar é o fato de que se trata de documentação institucional, produzida pelo regime, aspecto este que delimita os vieses de análise, pois reconstitui o fazer e o pensar da instituição militar e do Estado brasileiro através dos governos militares; assim, as vozes e visões dos outros diferentes grupos sociais não serão contemplados nesta documentação, apesar destas diferentes perspectivas acabarem refletidas nestes registros, demarcadas pelo olhar institucional. Se a documentação apresenta este limite, que define uma opção temática e um recorte de análise e, em última instância, indica uma escolha de pesquisa, por outro lado, oferece a possibilidade de analisarmos o regime militar a partir de importante fonte documental, disponibilizada com maior acessibilidade a partir de 2002.²

Destacamos dois aspectos importantes para a justificativa do uso desta documentação: o enorme volume documental disponível para análise e sua maior acessibilidade recente. O primeiro aspecto indica uma escolha metodológica nem sempre clara ao leitor. Trabalhar com grande volume documental exige fôlego e obriga ao historiador estabelecer contínuos critérios de análises, aspectos estes que demandam longo tempo de trabalho, muitas vezes imperceptível no resultado final da pesquisa. É um ofício solitário, longo e nem sempre reconhecido³; ao mesmo tempo necessário para a elucidação das práticas institucionais. Vejamos o montante do percurso de pesquisa. O acervo do DEOPS/SP é composto:

O aparato repressivo brasileiro

por um conjunto de livros de inquéritos instaurados pelo órgão e por quatro séries documentais, que correspondem cada qual a arquivos de setores distintos dentro do órgão. São elas: Prontuários / Dossiês / Ordem Social / Ordem Política.⁴

Dado o montante da documentação, torna-se necessário estabelecer um recorte de análise e nós estabelecemos, apenas, parte da documentação da série DOSSIÊS, pois, é nesta série que se encontra a documentação de nosso interesse, a seguir comentada e analisada. Gostaríamos, antes, de contextualizar o percurso de trabalho com estas fontes.

Esta série documental, como colocado pelo Dicionário de Terminologia Arquivista significa *unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica*.⁵ Trata-se da reunião de documentos de ordens diversas num montante de 9.626 pastas e cerca de 1.100.000 fichas. Como selecionar, num montante de 9.626 pastas àquelas relacionadas ao recorte de interesse, se como colocado pelo dicionário de terminologia arquivista, trata-se de documentação variada? A organização de arquivamento não era facilitadora, pois o pesquisador poderia não compreender os códigos propostos e sua divisão de conteúdos por pastas. Assim, por exemplo: os documentos referentes à comunicação SNI – DEOPS/SP encontram-se arquivados em dois dossiês distintos, o 20.C.02 e o 20.C.43. O pesquisador não saberia de antemão que esta documentação estava assim disposta, pois aparentemente e imediatamente não há uma lógica clara desta organização; desta forma, só teria acesso aos dois dossiês, e então, a toda documentação referente a este tema, se vistoriasse todas as 9.626 pastas.

A consulta a um nome já possuía um percurso conhecido, pois o arquivamento tem uma clara organização nominal; o pesquisador poderia consultar a série Prontuários,⁶ de manuseio mais objetivo ou mesmo a Série Dossiês, que possui uma organização nominal; para esta série há a indicação de todas as pastas nas quais aquele nome aparece. Assim, havia um percurso possível. Contudo, se este mesmo pesquisador pretendesse pesquisar um dado tema, não teria como diagnosticar dentre as 9.626 pastas, quais analisar e sua totalidade seria praticamente inviável.

Além da dificuldade de se localizar a documentação pretendida, havia a dificuldade de se compreender os códigos de arquivamento. Estas questões começam a ser sanadas com o desenvolvimento do projeto *Mapeamento e Sistematização do acervo do DEOPS/SP: Série DOSSIÊS (1940-1983)* que trouxe como resultados a organização de um banco de dados sobre a Série DOSSIÊS. Este banco de dados facilitou a consulta a esta documentação a partir de um eixo temático, pois organizou um resumo dos temas e dos setores sociais citados em cada pasta e esclareceu a organização de seus códigos de arquivamento, garantindo maior acessibilidade a estas fontes documentais. A enorme variação tipológica tem possibilitado diferentes eixos temáticos de pesquisas mostrando-se,

Carla Reis Longhi

ainda, como um rico material de análises. Pautados por este mapeamento, identificamos as pastas com o conteúdo de comunicação do SNI com o DEOPS/SP. Sua quantidade é grande, mas passível de ser analisada em sua totalidade. Esta atinge um total de 69 pastas, distribuídas numa temporalidade que antecede a criação do órgão em 1964 e organizadas em dois dossiês.⁷ A existência de dois dossiês referentes à comunicação SNI_ DEOPS/SP está relacionada ao papel exercido pelo SNI. Notamos que o primeiro dossiê mantém um padrão de arquivamento que se diferencia enormemente do segundo; estes têm tipologias documentais distintas que estão relacionadas aos interesses e preocupações do órgão ao longo do regime, tema este tratado neste artigo. Assim, a análise de fontes documentais nos obriga a um olhar sobre sua forma e sobre o seu conteúdo e a composição destas análises muito nos ajudara a refletir sobre a constituição do Aparato Repressivo.

Analisar a estruturação do Aparato Repressivo é ponderar continuamente sobre a lógica autoritária reinante, lógica esta estruturadora de um modelo de sociedade. Esta foi explicitada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e operacionalizada imediatamente após o golpe com a proposição da Operação Limpeza. A Doutrina de Segurança Nacional foi sendo gestada ao longo da década que antecede o golpe militar, tendo como principal órgão difusor a Escola Superior de Guerra, através de seus cursos e palestras oferecidos inicialmente a militares e depois também a civis, constituindo um espaço de estruturação e disseminação de seu ideário político. Segundo a própria instituição, em sua atual apresentação oficial

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento.⁸

Sua apresentação como um Instituto de Altos Estudos esfumaça o papel político cumprido na gestação do golpe, na proposição da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, condição similar a outros institutos atuantes no contexto do pré-golpe, como o IPES e o IBAD (ambos criados no início dos anos 1960), estes amplamente discutidos por René Armand Dreifuss.⁹ Este cenário e as análises sobre o período indicam a existência de um ambiente instável, tenso, de confrontos. No enfrentamento de classes foi vitorioso o projeto autoritário-conservador tendo na formulação da Doutrina de Segurança Nacional a sua concretização. Esta pressupõe dois aspectos distintos, mas imbricados, que traduzem claramente a concepção autoritária vitoriosa: o primeiro é a sua concepção de guerra embutida na idéia de segurança e o segundo, é a vinculação da segurança ao desenvolvimento econômico.

O aparato repressivo brasileiro

Ponderemos sobre o primeiro aspecto. No contexto internacional circulavam diferentes concepções de guerra, atreladas às condições específicas de cada país, como indicado a seguir:

... enquanto os teóricos americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e a estratégia nuclear, e os franceses (envolvidos na guerra da Argélia) concentravam suas atenções na guerra limitada como resposta à ameaça comunista, os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária.¹⁰

Como destaca a autora, no cerne dos movimentos autoritários latino-americanos estava a questão social. Os movimentos sociais de distintas vertentes vinham se intensificando ao longo da última década, tanto entre os setores urbanos quanto entre os setores rurais. Nos grandes centros urbanos diferentes modalidades de lutas, com distintos graus de enfrentamentos conviviam simultaneamente. Havia desde movimentos de bairros em luta por melhorias de infra-estrutura ou de condições de vida até a pluralidade de greves conduzidas por movimentos sindicais e/ou político-partidários. No campo a questão é bastante sintomática, dada suas amarras tradicionais, onde o direito à sindicalização rural, por exemplo, prevista pela CLT, ainda não havia sido conquistada, indicando a dificuldade de associação e mobilização. Utilizemos o exemplo do Engenho Galiléia,¹¹ em Pernambuco, local onde os conflitos pela terra tomaram força neste Estado nos anos 1950; após longos anos de conflitos, dois projetos estavam em disputa: a desapropriação das terras do engenho, para uso posterior dos camponeses e a desocupação das terras proposta por seus proprietários, para transformá-la em pasto de gado. Neste caso específico e atípico os camponeses ganharam e a desapropriação do Engenho Galiléia foi assinada pelo governador do Estado, da União Democrática Nacional (UDN), eleito com apoio popular. Infelizmente não cabe aqui uma análise aprofundada do fato, vale apenas salientar que este movimento vincula-se às origens das Ligas Camponesas e serve como referência para a luta no campo, apesar das profundas distinções de condições nas diferentes regiões do país; além disto, lembramos que parte da capacidade organizativa do grupo foi estruturada por membros do PCB que se dirigiram à região e se incorporaram às lutas. Destacamos, por fim, o significado simbólico do fato, instaurando uma intensa crise política de amplitude nacional, amplificada por boa parte da mídia conservadora, que associava tais resultados à disseminação do comunismo no país. A indignação dos setores conservadores justificava-se pela clara ruptura com a lógica política praticada até então e um profundo risco para os proprietários de terra.

Assim, o projeto autoritário buscava o controle dos trabalhadores, urbanos e rurais, com o cerceamento de direitos políticos e sociais e a manutenção das mesmas estrutu-

Carla Reis Longhi

ras produtivas, intensificadas pela associação ao capital internacional. Na concepção de ‘guerra revolucionária’ assumida pela ESG e associada à idéia de Segurança Nacional reorientava-se a noção de fronteira até então vigente na definição do inimigo; assim, de inimigo externo e definido, passou-se à concepção de inimigo difuso, penetrando as fronteiras do país, podendo constituir-se internamente e de modo mascarado. Maria Helena retoma o *Manual Básico da ESG* para esta definição:

A guerra revolucionária comunista é do segundo tipo em nossa definição da guerra não-clássica. Os países comunistas, em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se em um confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia em que a arma psicológica é utilizada, explorando vulnerabilidades das sociedades democráticas, sub-reptícia e clandestinamente, através da qual procuram enfraquecê-las e induzi-las a submeter-se a seu regime sociopolítico.¹²

A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando a conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país alvo é utilizado como combatente.

Através desta construção conceitual, os governos militares estruturaram um discurso norteador; contra um inimigo disfarçado, indireto, que manipula artifícios psicológicos, legitima-se o uso de qualquer tipo de arma contra o inimigo identificado, viabilizando a repressão interna a todos os setores sociais. Assim, o conceito de guerra revolucionária, cerne da Doutrina de Segurança Nacional, fundamenta um modelo de Estado profundamente autoritário e autoriza a disseminação da violência institucional em escalas ainda não praticadas no contexto brasileiro. Contudo, sua materialização se deu numa relação dialética com a sociedade, ganhando uma configuração nascida do resultado desta mesma relação, aspecto este discutido ao longo do artigo, justamente no percurso de estruturação do Aparato Repressivo. Acreditamos, ainda, que um outro aspecto deva ser acrescentado a esta dinâmica: a existência de uma relação conflituosa dentro da própria instituição militar, para a efetivação da concepção de Estado previamente proposta pela Doutrina em questão. Fugindo do binarismo proposto por diferentes autores, que entendem que a Instituição Militar era composta por dois grupos identificados como ‘linha-dura’ e ‘castelistas ou grupo de sorbonne’, entendemos que havia uma complexidade maior e bem anterior ao contexto do golpe.

O aparato repressivo brasileiro

A nosso ver, os militares se organizavam em grupos de interesses e visões de mundo que extrapolavam esta polarização. Observemos o documento constante das pastas observadas para a elaboração deste artigo. Trata-se de documento datado de 30/08/61, caracterizando um outro grupo de interesses nas Forças Armadas, avesso às práticas golpistas:

Lott lança proclamação ao povo e aos camaradas das três armas (...). Embora afastado das atividades militares, mantenho um compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e às suas instituições democráticas e constitucionais. E por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação.¹³

Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e energética no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda, de que os meus camaradas das F. A. saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da Pátria.

Imediatamente uma importante questão salta aos olhos: a falta de unidade interna dentro das Forças Armadas, indicando a presença de grupos com posições bastante divergentes e até opositoras. No caso do documento acima notamos a forte discussão sobre o papel legalista das Forças Armadas. A utilização desta nomenclatura é nova, pois os documentos observados anteriormente não traziam a preocupação em discutir / posicionar-se em relação à legalidade, em suas referências a alianças, golpes e contra-golpes, apesar de fazerem referências a atitudes democráticas ou antidemocráticas. Até então, estas questões eram superadas, no discurso, pela necessidade de proteção da Nação. Isto, contudo, não inviabiliza a existência de membros da instituição militar que procuravam garantir a legalidade da mesma.

É o caso do General Lott, que já havia cumprido um importantíssimo papel em 1955, sendo um dos responsáveis pela posse de Juscelino Kubitschek, posse esta muito contestada em documentos analisados caracterizando, pela fala de Ernesto Geisel, uma situação de fracasso da tentativa de golpe militar. Mais uma vez, o General Lott exerce um importante papel na busca da legalidade na política, pois como apresentado no documento acima, mesmo estando afastado das atividades militares, posicionou-se frente à tentativa de novo golpe. O documento é datado de 30/08/61, cinco dias após a renúncia de Jânio Quadros e no auge da tentativa de se evitar a posse de seu vice, João Goulart. Como visto, este documento indica o posicionamento de um grupo de militares, aqui representados

Carla Reis Longhi

pelo General Lott, em situação limite e que tornou-se desafeto tanto dos castelistas quanto dos grupos radicais, durante o regime militar. Esta afirmação é facilmente comprovada na impugnação de seu nome para concorrer ao governo da Guanabara em 1966, através da Lei de Inelegibilidade.

Um outro grupo presente no interior das Forças Armadas, extremamente incômodo, é o de militares comunistas. Observemos o documento abaixo; trata-se de um relatório sobre uma palestra proferida por militares, em presença de militares:

O major Paulo disse textualmente que a vitória de Jânio Quadros está praticamente garantida e que o marechal Lott está com a sua candidatura aniquilada, sendo este o momento oportuno para que se tente, com bastante probabilidade de êxito, uma Ditadura Socialista no Brasil, que será o início da vitória do Partido Comunista do Brasil. Reafirmou ser este o momento oportuno para libertarmos o Brasil do imperialismo norte-americano, e implantar o Regime Socialista, pelo menos numa região do país, para mais tarde dominar toda a situação. Finalizando disse que os camaradas devem estar alertas para qualquer condição que se apresentar e lutar de armas nas mãos, para garantir a vitória da implantação do regime socialista no Brasil, ao lado da massa proletária, que também já está organizada para colaborar no Movimento.¹⁴

A afirmação clara da presença de comunistas no interior das Forças Armadas aparece em poucos documentos; contudo, a observação do percurso documental nos leva a afirmar que esta era uma preocupação constante e crescente, fato este percebido na reorientação da tipologia documental, ocorrida entre 1969-70 adiante discutida e na imediata associação da idéia de guerra revolucionária ao perigo comunista, continuamente reforçada. Por fim, devemos levar em conta que parte das composições de grupos dentro das Forças Armadas se dava em função de composições que muitas vezes ultrapassam os posicionamentos políticos-partidários; relacionam-se, também, a “*ser da mesma turma ou da mesma arma, ter servido junto ou sob o comando de um mesmo superior etc...*”¹⁵, enfim, ter lealdades construídas ao longo da carreira acompanhadas, às vezes, de proximidades familiares, indicando um grau de complexidade que ultrapassa a polarização usualmente utilizada.

Neste sentido, teríamos duas dinâmicas, com perfis distintos, a serem pensadas na análise do processo de composição do Estado proposto pelo regime militar. Assim, o regime militar passou por um contínuo processo de constituição estruturado, por um lado, pelos embates internos à própria instituição, e por outro lado, pela dinâmica imposta por sua relação dialética com a sociedade civil. Desta forma, a constituição do Aparato Repressivo vai refletir estes processos, apresentando-se em contínua construção e expressando os diferentes conflitos acima indicados.

O aparato repressivo brasileiro

O Ato Institucional no. 1, em início de Abril de 1964, como primeiro procedimento de institucionalização do regime, corporificou o perfil destes governos expondo, ao mesmo tempo, os conflitos que circundavam o próprio golpe. Ele estipulou, com uma ‘faceta democrática’, a manutenção dos três poderes existentes. Contudo, garantiu a centralização do poder com a limitação drástica dos poderes do Congresso, através da garantia dada ao presidente da República do recurso as emendas constitucionais, acompanhadas do decurso de prazo e da competência exclusiva do Presidente em legislar sobre questões financeiras ou orçamentárias. Ao mesmo tempo, suspendeu a imunidade parlamentar, possibilitando a cassação de mandatos legislativos e a suspensão de direitos políticos por 10 anos. Houve, também, o cerceamento do Judiciário, neste momento, através do expurgo de 49 juízes e a perda da vitaliciedade e estabilidade, perda esta extensiva a todo o funcionalismo público do Estado, por seis meses.

Este último aspecto possibilitou, dentro do prazo estipulado pelo Ato Institucional, os expurgos a toda a burocracia, abrindo caminho para a chamada Operação Limpeza, procedimento que visava destituir de poderes e/ ou direitos políticos todos os funcionários públicos considerados indesejados, seja através da suspensão temporária de direitos constitucionais, seja pela instauração dos IPMs (Inquéritos Policiais Militares) que podiam atingir todos os funcionários públicos civis e militares. A Operação Limpeza norteava-se pelos princípios do manual básico da ESG (Escola Superior de Guerra) que criou estratégias específicas para cada área de atuação, “*definidas pelo Manual Básico como estratégias política, econômica, psicossocial e militar*”¹⁶. O AI-1 estabeleceu a data limite de 15/06/64 para a efetivação dos expurgos, tornando- os até este momento, legais.

É neste contexto de necessidade de apropriação de informações sobre o inimigo interno, calcado num ideário previamente formulado, mas ao mesmo tempo, de contínuo conflito de interesses dentro da instituição militar, de manobras e debates sobre legalidade, que é criado o SNI. Chamado de Serviço Nacional de Informações foi instituído em 13/06/64, dois dias antes do final da vigência do AI-1. O SNI tem uma função de coleta e organização da informação, em âmbito federal. Este fato é importante, pois até este momento, toda a organização da informação se dava nos âmbitos estaduais, através de suas polícias políticas, os Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) depois Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), o que indica um contínuo processo de centralização do poder. Contudo, esta centralização, neste momento, é relativa. A observação da documentação produzida e arquivada no período de 1964-1969 indica que, apesar do SNI concentrar a análise da Informação em suas mãos, fato este fundamental para a determinação da ação política, a produção da Informação continua sendo feita no âmbito estadual, sob responsabilidade das polícias de cada estado; é nítido o fato destas

Carla Reis Longhi

permanecerem como órgãos produtores e difusores, o que explica, também, a manutenção dos mesmos formatos documentais. A documentação de comunicação SNI-DEOPS/SP do período ora observado encontra-se no dossiê 20.C.02 e compõem-se essencialmente de documentos de observação das práticas sociais, entre eles: Solicitação de Atestados de Antecedentes e Pedidos de Busca; recortes de artigos de jornais e relatórios. Este contexto será totalmente modificado em 1969.

A concentração das atividades dos órgãos de Informação no âmbito estadual, ao mesmo tempo em que expressa às permanências quanto à tipologia documental e órgãos de produção e difusão, indica novos procedimentos de controle social, anunciando o processo de constituição do Aparato Repressivo, que será formado por órgãos de Informação e órgãos de Segurança ou Repressão. Neste momento, a dimensão repressiva foi garantida pelos procedimentos da Operação Limpeza, ao expurgar todos os setores do funcionalismo, considerados indesejados, cassar mandados de políticos, controlar o poder judiciário, bem como cercear a ação do Poder Legislativo. Estes procedimentos são reforçados com os AI2, AI3 e AI4 e foram considerados suficientes no contexto dado, o que não significa que não expressem diferentes modalidades de aplicação de violência. O AI-2, por exemplo, instituiu o “Estatuto do Cassado”:

O Artigo 16 regulamentava as atividades dos cassados e de todos aqueles que haviam sido ou seriam punidos por qualquer dos dois primeiros Atos Institucionais. Seus direitos eram drasticamente limitados com as seguintes medidas: a) cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; b) suspensão do direito de votar e de ser votado em eleições indicadas; c) proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política; d) aplicação, quando considerada necessária à preservação da ordem política e social, de liberdade vigiada, domicílio determinado e proibição de freqüentar determinados lugares.¹⁷

Este artigo confirma as decisões já impostas no anterior, estendendo as perdas a outros direitos de cidadão, ora entendidos como direitos civis, como o fato de exercer liberdade vigiada e determinação de residência e proibição de circulação em locais determinados, ora avançando sobre os direitos políticos, proibindo manifestações e o direito ao voto e à eleição. O AI-5 volta a confirmar estas exceções, só que agora em caráter permanente e não provisório, como o eram os outros Atos. Assim, institui-se permanentemente o ‘Estatuto dos Cassados’; a possibilidade de qualquer cidadão perder seus direitos políticos por dez anos; a cassação de mandatos; suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade e estabilidade e o julgamento de crimes políticos por tribunais militares. Além destes aspectos já presentes em Atos anteriores, o AI-5 instaura a suspensão do *habeas corpus*

O aparato repressivo brasileiro

para crimes contra a Segurança Nacional. A nosso ver, o Estatuto dos Cassados expressa, pela legislação, a perda do lar e do direito à ação, conceito este proposto por Arendt¹⁸ para indicar a perda da própria humanidade. Neste sentido, entendemos que estes atos contêm uma enorme carga de violência simbólica, ao reduzi-lo à condição de objeto.

Não nos parece uma coincidência o fato de que o primeiro órgão efetivamente repressivo tenha sido criado no seio desta mesma estrutura estadual. A Operação Bandeirantes (OBAN) foi criada em 1/07/1969 no Estado de São Paulo, com uma estrutura mista composta de membros da polícia civil e militar e mantida com recursos oficiais e empresariais. Assim, tinha uma estrutura que vinculava uma ação de instâncias distintas, entre elas um representante da Polícia Federal, um representante da Divisão de Ordem Social, um representante da Ordem Política, além dos representantes do II Exército, representante da 2ª. seção do II Exército e representante da 2ª. seção da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Seu objetivo prioritário era o de ser um órgão de repressão (ação em contraponto aos órgãos de informação) efetivando ações de captura e desmonte de grupos armados. Sua vida útil foi muito curta, pois a ambigüidade de sua própria existência impedia sua perpetuação. Esta ambigüidade se traduzia, por um lado, no descontrole da origem e montante de sua verba e por outro lado, na não constituição como órgão específico de uma das instituições armadas (civil ou militar). Assim, Percival de Souza¹⁹, em seu livro, afirma que um bom número de empresários colaborava com dinheiro e recursos variados, entre eles, veículos e mantimentos, para a garantia de condições de realização de ações de repressão. Já a caracterização como órgão misto propiciava a não subordinação a uma legislação e procedimentos específicos, dificultando o controle sobre os métodos utilizados, seguramente violentos, e facilitando a extensão e agilidade de sua ação. Justamente esta ambigüidade garantiu a sua eficiência como órgão de repressão, o que o transformará em modelo para a constituição dos futuros DOI- CODI(s).

Esta conformação organizacional, seja dos órgãos de repressão, seja dos órgãos de informação e, conseqüentemente a caracterização de seus documentos será totalmente reformulada a partir do afastamento de Costa e Silva. Assim, já em setembro de 1969, sob a Junta Militar, cria-se um novo dossiê, o 20.C.043 (novo corpo documental), que define um novo padrão de documentação, cuja característica primordial é o da produção documental originar-se no próprio SNI. Há uma ruptura em relação ao controle da informação exercido até então pelas polícias políticas. Esta mesma mudança é notada e acompanhada pela nova estruturação dos órgãos repressivos, montados a partir de 1970: os DOI- CODI(s), sob o controle claro do Exército. Estas reformulações explicitam e materializam a radicalização do regime, bem como, a intensificação da centralização do

Carla Reis Longhi

poder no Executivo e um contínuo processo de militarização do Estado. Assim, o SNI passará a centralizar a produção e circulação de informações em suas mãos, diluindo o papel dos estados no controle de todo o Aparato Repressivo. Não é por acaso que este passo é seguido da materialização dos órgãos de repressão a partir de 1970 e, antes destes, de uma reorientação do ‘Conceito Estratégico Nacional’, iniciado com o decreto-lei 200 em fevereiro de 1967. A partir daqui, começa uma reestruturação do Aparato Repressivo, tanto em suas funções de Informação quanto de Segurança. É sintomático percebermos, em janeiro de 1968, uma alteração do papel do Conselho de Segurança Nacional, que ao longo deste ano e no seguinte, apresentará um contínuo processo de centralização de funções e conseqüentemente de poder, entre outros aspectos, com a incorporação do Chefe do Gabinete Militar e o Chefe do SNI como membros permanentes; assim, além de concentração há militarização do poder. Estas ações desembocam na aprovação dos sistemas de controle da Informação e Segurança denominados, respectivamente, Sistema Nacional de Informações (SISNI- 1970) e Sistema de Segurança Interna no País (SISSEGIN- 1970)

Esta alteração do órgão produtor e difusor e de toda a estratégia de segurança indica uma mudança de intencionalidade por parte do regime militar. Enquanto as polícias políticas efetivavam a produção, organização e difusão da informação, havia um nítido interesse de observação e controle social. As documentações de maior volume, arquivadas nestas pastas referem-se às Solicitações de Antecedentes e Pedidos de Busca, seja de pessoa física, seja de pessoa jurídica. Com a transferência destas ações para a Agência do SNI ocorre uma mudança de perspectiva do conteúdo da Informação; estas passam a adquirir um papel de retroalimentação discursiva dirigidas, em primeira instância, a seus próprios membros. Dois tipos documentais são bastante elucidadores: os *Boletins Informativos* e as *Apostilas do Comunismo no Brasil e no Mundo*.

Os *Boletins Informativos* passam a circular em 05/09/1969, um dia após do seqüestro do Embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick; esta situação, ao mesmo tempo em que aponta para uma mudança em função do seqüestro, indica um preparo em relação à tipologia documental que extrapolaria o evento em si. Trata-se de documentação diária, produzida ininterruptamente entre os meses de setembro de 1969 a junho de 1970, representando a documentação prioritária arquivada neste período. Está organizada a partir de temas que, se observados, reproduzem a organização proposta pelo Manual Básico da ESG para as estratégias de acompanhamento social, estes sempre dispostos na mesma seqüência e, o que consideramos mais importante, constituída exclusivamente de recortes de informações de diferentes jornais. Vejamos:

O aparato repressivo brasileiro

d. Atividades Subversivas:

(15)- ESTELA BORGES MORATO, a policial que foi baleada em serviço quando da captura de MARIGHELA, continua internada no Hospital das Clínicas, sendo seu estado considerado gravíssimo. (FSP).

(16)- “No momento ganhamos mais uma batalha, mas é necessário vencermos a guerra.” - A frase é de uma autoridade militar quando lhe perguntaram, ontem, se a morte de CARLOS MARIGHELA poderia significar o fim do terrorismo. Nessa frase, está contida, também, a opinião de diversas outras autoridades encarregadas de combater o terrorismo e a subversão na área sob a jurisdição do II Ex. (ESP). (...)

(19)- As esquerdas, que estavam todas unidas, não obstante as divergências pessoais entre CARLOS MARIGHELA e CARLOS LAMARCA, agora estão completamente desarmadas, sem liderança, com MARIGHELA morto e LAMARCA no ostracismo, quiçá foragido. Chegaram a apontar que o substituto do ex- deputado federal do comando do terrorismo seria JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, vulgo “TOLEDO” ou “VELHO”, seu lugar tenente, mas este desde 17 do mês último fugiu de SÃO PAULO para o SUL e se encontra no exterior, com passaporte falsificado, a exemplo de numerosos outros componentes da VPR. (D POP)

(20)- Surge, no caso, um episódio estranho, qual seja o comprometimento de numerosos padres dominicanos, que chegaram a instalar no convento “base fixa” das operações de CARLOS MARIGHELA e seus adeptos. Vários dos indivíduos insistentemente procurados pela polícia, com Fotografias estampadas em cartazes como terroristas perigosos, já Fugiram do Brasil, por interferência de um grupo de religiosos. (D POP).²¹

Como podemos observar cada trecho é retirado de um jornal específico, como no caso, a *Folha de São Paulo*, o *Estado de S. Paulo* e o *Diário Popular*. Por que este fato nos chama a atenção? Por que a observação de seu conteúdo nos mostra que são informações sobre a atuação do próprio regime militar, o que poderia circular através da troca de informações entre os diferentes órgãos e não através da informação jornalística. Assim, a nosso ver, isto aponta para a intencionalidade dos governos em relação a este tipo de conteúdo, sua composição, e, ao tipo de relação estabelecida com a grande imprensa, elementos que não serão tratados neste artigo, mas que destacaremos um de seus aspectos: a busca por uma contínua retroalimentação, ou seja, fornecer conteúdo de discussão e debate interno, organizado num discurso orientado para o reforço de determinadas condutas e perspectivas, discurso este constituído pela composição dos diferentes trechos, numa ordenação previamente proposta pelo órgão de informação.

No recorte estabelecido por nós temos, como primeira informação, a indicação do estado gravíssimo de uma policial. Sem dúvida, esta informação é motivo de profunda consternação para os membros da corporação e até de um sentimento, quiçá, de vingança.

Carla Reis Longhi

A seqüência confirma esta impressão, pois as autoridades militares (não uma única) assumem que ainda não ganharam a guerra, mas precisam fazê-lo; o discurso indireto presente no percurso das notas indica os passos dos procedimentos esperados. Os itens (19) e (20) fornecem as pistas sobre o caminho a seguir, afinal deixam claríssimo o fato de ocorrerem constantes fugas de terroristas, citando nomes e percurso, e de ocorrerem apoio para estas fugas, vindas de membros da Igreja.

Situação similar ocorre em outra tipologia documental: as apostilas sobre o Comunismo. Foram produzidas pela Agência Central do SNI no período de junho de 1970 a setembro de 1973.

As publicações sobre o Comunismo eram sempre muito longas e detalhistas. Podemos notar isto pela simples observação de seus índices, que em média, contém 11 páginas- cada um. Todas as produções sobre o Comunismo tinham a mesma seqüência temática,²² podendo variar, apenas, os países comentados em cada volume e, claro, a temática específica de cada apostila. O conteúdo desta tipologia documental, diferentemente dos Boletins Informativos, mostra-se constituído de textos longos e analíticos. Através destes podemos perceber, de diferentes maneiras, tanto expressões do pensamento militar, como posicionamentos explícitos destes ao longo da documentação e como o próprio título indica, em torno de temáticas relacionadas ao comunismo, abordadas por diferentes vieses. Normalmente os textos não eram de produção do próprio Aparato Informativo, mas sim, retirados de jornais, revistas ou livros publicados em diferentes partes do mundo. Desta forma, aos olhos do regime, o conteúdo destas apostilas garantia isenção e então credibilidade, por não ser uma produção dos agentes do SNI e sim de um especialista ou da própria mídia impressa, nacional ou internacional. Observemos o documento abaixo; trata-se de volume de setembro de 1970 com um tema proposto em seu ‘Assuntos Gerais’ e traz o seguinte título: “Subversão dos Costumes- Comunismo e Toxicomania”:²³

Uma das armas mais sutis e sinistras do comunismo consiste em sua persistente atividade de corromper os costumes para debilitar o mundo democrático.

A maior parte da produção de ópio e seus derivados é originária da China, e através de inúmeros canais clandestinos esparrama-se pelo mundo, produzindo lucros fabulosos e causando a desagregação das sociedades não comunistas.

Um mundo dissoluto, entregue a drogas estupefacientes e alucinantes, não possui energia e integridade moral, indispensáveis para enfrentar a ameaça comunista.

É oportuno, pois lembrarmos o que ficou estabelecido no item ‘f’ das resoluções secretas da 1a. Conferência Tricontinental realizada em 1966 em Havana. Dizia o item mencionado:

O aparato repressivo brasileiro

_ Apoiar resolutamente a campanha a favor das drogas, baseando-a no princípio do respeito aos direitos individuais.

_ manter completamente separados os quadros do partido dos canais do tráfico de narcóticos, de maneira que essa fonte de receita não possa ser vinculada a ação revolucionária; entretanto devemos combinar a insuflação do medo à guerra atômica, com o pacifismo e com a desmoralização da juventude através do estímulo ao uso de alucinógenos.

O texto mostra-se contundente, explorando o caráter manipulador, ardiloso e profundamente difuso da disseminação do comunismo. O consumo de drogas, por esta perspectiva, mais que um projeto econômico, é um projeto político e comunista. A questão é acompanhada, em outras apostilas, de minuciosos estudos sobre todos os tipos de entorpecentes, com suas características e efeitos, bem como, da análise dos contextos em que estes proliferam observando, então, o papel da música, do cinema e do entretenimento de forma geral. Sua condução discursiva constitui-se de um caráter de denúncia, numa perspectiva educativa, ao mesmo tempo em que formaliza um pensamento fortemente anticomunista. Esta perspectiva justificava, ainda, a necessidade de um aprimoramento do braço repressivo dos órgãos de Informação e sua leitura buscava o convencimento sobre o perigo que o comunismo representava, por comprovar a existência de um projeto político social, cuidadosamente pensado e arquitetado.

Assim, acreditamos que a função do SNI, neste momento, era a de conjugar a alimentação da informação com a idéia de formação de uma mentalidade homogênea e radical, disseminada a todos os membros do aparato repressivo, potencializando a ação destes órgãos. Esta mentalidade comum se constituiria pela construção de um pensamento anticomunista entre os militares e membros de todo o aparato informativo/ repressivo, com o intuito de conseguir a hegemonia interna e o respaldo para a ação repressiva, atingindo ao mesmo tempo, tanto a própria corporação militar, quanto a sociedade civil. A conformação de um pensamento comum e legitimado viabilizaria, também, a legitimidade do controle e perseguição, na concepção da guerra revolucionária. Esta lógica justificava, finalmente, a organização e propagação dos órgãos repressivos, e, neste ano são estruturados os DOI-CODIs.

Os Centro de Operações de Defesa Interna (CODIs) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs), criados em 1970, eram órgãos com função operacional e, de certa forma sua criação se justifica, pois o SNI e todo seu emaranhado de setores eram estruturados para a organização e transmissão da informação e não para a operacionali-

Carla Reis Longhi

zação da ação frente a informação recebida. Assim, os CODIs eram responsáveis pelo planejamento, organização e execução de ações de defesa interna, tendo os DOIs como seu destacamento de ação, já que este tinha que ser acoplado a uma outra unidade fixa para lhe dar apoio logístico:

O DOI é um Destacamento de Operação de Informações. Por que destacamento? Porque no Exército temos certos termos estereotipados para certos vultos. (...) Quando não existe essa estrutura detalhada, que nós chamamos de estrutura de 'quadros de organização e efetivos', chama-se 'destacamento', que é um corpo que não tem uma estrutura e organização fixas: varia de tamanho e de estrutura de acordo com a necessidade.²⁴

Como percebido, a função do DOI era ser uma unidade mutável, ágil, que estivesse preparada para enfrentar o inimigo e, dado o caráter difuso deste inimigo, o regime deveria conseguir ser tão ágil quanto estes na resposta a estas mutações. Em função deste entrelaçamento de ações ficaram conhecidos como DOI_CODIs. Ambos, aos moldes da OBAN, eram compostos por representantes das três forças armadas, além de membros das polícias federal e das polícias civil e militar dos Estados. Vemos que são órgãos que não representavam os interesses específicos de um setor, e sua composição garantia o atendimento dos interesses políticos dos governos. Justificou-se, então, sua organização pela necessidade da integração, seja regional, seja das forças existentes, além de estruturar um poder que não precisava responder à burocracia já existente, apesar de passar a existir formalmente, diferentemente da OBAN, que deixa de existir.

As condições observadas, tanto no Aparato Informativo quanto no Aparato de Segurança demonstram a perpetuação do conflito; demonstramos que as primeiras ações repressivas se constituíram no ato do golpe militar, com os procedimentos da Operação Limpeza, em 1964 e estas não garantiram o controle esperado. Algumas vertentes de pensamento circunscreverão o problema, como notamos no trecho abaixo:

A direita brasileira precipitou o Brasil na ditadura porque construiu um regime que, se tinha a força necessária para desmobilizar a sociedade intervindo em sindicatos, aposentando professores e magistrados, prendendo, censurando e torturando, não a teve para disciplinar os quartéis que garantiam a desmobilização. Essa contradição matou primeiro a teoria castelista da ditadura temporária, em seguida liquidou as promessas inconsistentes de abertura política feitas por um governo desastroso como o de Costa e Silva ou simplesmente falsas, como a de Garrastazu Médici. Restabeleceu-se a ordem com Geisel porque, de todos os presidentes militares, ele foi o único a perceber que, antes de qualquer projeto político, era preciso restabelecer a ordem militar.²⁵

Desconsiderando a proposição de uma história personalista, recheada de simplificações, gostaria de destacar o entendimento dado, no trecho acima, ao verdadeiro perigo enfrentado pelo regime militar: os próprios militares. Indicamos desde o princípio que

consideramos a questão militar um efetivo problema. Propusemos, na observação dos Boletins Informativos e das Apostilas sobre o Comunismo, a clara intencionalidade de uma alimentação do próprio grupo, na busca da homogeneização do discurso, mantida por um longo tempo, de 1969-1973, o que salienta a identificação de profundas divergências internas, existentes bem antes do golpe e mantidas em suas diferenças e apoios internos com a presença, inclusive, de membros comunistas, como demonstrado anteriormente. Contudo, entendemos, também, que o percurso de construção do Aparato Repressivo é nítido em demonstrar a dificuldade de controle social enfrentada pelos governos militares.

Pudemos observar que durante todo o regime, os governos militares precisaram utilizar estratégias de controle social, que foram se intensificando na proposição da violência empregada e na estruturação institucional do uso da mesma. Se no princípio (1964-1966), o recurso foi à imposição dos atos institucionais, ou seja, um recurso de lei, garantindo o expurgo profissional e político de pessoas e grupos divergentes, notamos a partir de 1967 a ampliação contínua das práticas autoritárias, visualizadas em diferentes aspectos, como na imposição da censura e abolição do Habeas Corpus com o AI5. No contexto do governo Médici houve a utilização de estratégias repressivas, visualizadas pela constituição do Aparato Repressivo demonstrando a dificuldade de controle social, na disseminação de diferentes grupos de luta armada, que optaram pelo enfrentamento. Houve o emprego contínuo da violência, intensificada e aprimorada. No momento em que a luta armada sucumbe, com a vitória do governo sobre a Guerrilha do Araguaia, outros personagens entram em cena, buscando diversificadas estratégias de enfrentamento, como a pressão exercidas por setores como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de setores da Igreja, que denunciaram continuamente a repressão brasileira, além de embates políticos e da retomada dos movimentos sociais, com as greves de 1978 e 79 e a estruturação do Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, então, como já indicado, o Aparato Repressivo expressa muito bem a necessidade de intensificar suas práticas repressivas para o controle social.

Com esta afirmação não estamos compactuando com visões que entendem que o aumento da repressão ocorreu em resposta ao aumento da violência por parte dos setores de oposição. Procuramos construir, desde o princípio, nossa argumentação em torno da afirmação de que a violência é elemento estrutural da proposta de Estado desenvolvida pelo regime militar. Procuramos demonstrar que o conceito de guerra revolucionária, eixo da Doutrina de Segurança Nacional estrutura o modelo de sociedade buscado pelo regime. O grau de violência dependerá da necessidade de aplicação e, em função disto, como colocado abaixo, o seu grau máximo, a tortura, tornar-se-á método e não exceção:

Carla Reis Longhi

De abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de ‘método científico’, incluído em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado.²⁶

A partir desta afirmação desconsideramos as discussões sobre a condição de ciência e controle que o poder executivo teria sobre os setores repressivos. A nosso ver, este questionamento não contribui para o entendimento do papel da tortura e da violência de modo geral na sociedade brasileira. Durante o regime militar, a tortura apresenta-se como modalidade máxima de violência por, como colocado por Antonio Candido, destruir toda a condição humana existente no sujeito torturado. Este perde o controle sobre sua dignidade, bem como o direito de proteger sua identidade. Perde, também, seus laços comunitários não político-partidários, favorecendo a diluição dos vínculos sociais.

(...) A polícia aparece então como um agente que viola a personalidade, roubando ao homem os precários recursos de equilíbrio de que usualmente dispõe: pudor, controle emocional, lealdade, discrição- dissolvidos com perícia ou brutalidade profissionais.

Ao longo do regime militar a sociedade perdeu o espaço de ação conquistado durante o curto período democrático. Todos os caminhos legais para a participação política estavam condicionados à aceitação da doutrina imposta pelo regime, pois do contrário estavam bloqueados pela concepção de guerra revolucionária, com a justificada derrocada do inimigo, através das diferentes estratégias abordadas ao longo do texto, que iam de artifícios legais de expurgo, aprimoramento da vigilância e suas formas de censura atingindo seu ápice com as prisões, torturas e mortes. Ao mesmo tempo, todas as alternativas econômicas reduziam-se à aceitação das imposições patronais com o aval governamental e, neste momento, elas significavam achatamento salarial e concentração de renda. Não dedicamos atenção a esta faceta da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, mas é nítida a legislação cerceadora, que impôs o controle sobre os aumentos ao salário mínimo, garantindo num curto espaço de tempo, profundas perdas salariais; o mesmo ocorreu com a mudança na legislação referente à estabilidade de emprego, até então garantida também aos trabalhadores da atividade privada; a compensação pela perda da estabilidade com a criação do Fundo de Garantia é ilusória e mais uma vez favorece os setores patronais. Assim, a idéia de Desenvolvimento pertencente à Doutrina responde aos interesses do Estado e dos setores produtivos e não do trabalhador urbano ou rural, reforçando mais uma vez o caráter autoritário do projeto social proposto pelo regime.

Mas, não basta identificar a violência como componente do modelo de Estado proposto, afinal trata-se de um regime autoritário que tem como pressuposto a prática repressiva. Precisamos ponderar sobre o entendimento de violência embutido neste modelo e isto pode nos ajudar a entender algumas permanências, mesmo com a abertura democrática. Utilizamo-nos da reflexão de Chauí:

De maneira vaga e genérica, definimos a violência como um processo pelo qual o indivíduo (humano ou não) é transformado de sujeito em coisa. Essa 'definição' grosseira tem aqui uma finalidade precisa. Estamos habituados a considerar a violência pelo prisma da violação, isto é, como transgressão de regras, normas e leis aceitas por uma coletividade e das quais ela depende para continuar existindo. Neste contexto (jurídico), o indivíduo violento é aquele que põe em risco a vida da comunidade. Definindo aqui a violência como processo de redução de um sujeito à condição de coisa, visamos retirá-la do contexto que a define como transgressão de regras e leis para pensar nestas regras e nestas leis como portadoras de violência. Em outras palavras, a violência se encontra originariamente do lado da sujeição e da dominação, da obediência e de sua interiorização, e não do lado da violação dos costumes e das leis.²⁸

Assumindo o conceito de violência como sujeição, tal qual como proposto por Chauí, acreditamos que ultrapassamos dois importantes consensos: o primeiro é o de que a violência é uma ação essencialmente física e o segundo é o de que se relaciona à violação, ou seja, à transgressão de regras. Ao tratá-la como violação, aceitamos o seu condicionante a punição, trazendo embutida a idéia de 'situações de exceção', seja de um Estado que está em condição de exceção, como no caso do regime militar, seja de um indivíduo que rompe com a normatização social. Nos dois casos, há o pressuposto do retorno à normalidade ou com o retorno ao ambiente democrático ou com a punição e segregação do indivíduo para o aprendizado das regras e comportamentos para o convívio social. O risco, neste entendimento, é o de não percebermos que a violência está presente no contexto da violação e é anterior a esta, garantindo a dissimulação da realidade. No caso do indivíduo, pode estar presente nas condições que o Estado e a sociedade oferecem ao exercício de sua cidadania ou mais claramente, ao não exercício da mesma. No caso do Estado, provavelmente inviabilizará a percepção de que o Estado traz em seu cerne a condição de agente da violência mesmo no período democrático. Neste contexto, muitas vezes desconsideramos as outras modalidades de violência, não necessariamente explícitas, tão perniciosas quanto a violência física por trazerem em seu cerne a condição de sujeição, apesar de menos visíveis; podemos destacar todo o modelo econômico intensificado durante o regime militar, garantindo a sujeição através da concentração de renda e do cerceamento aos direitos sociais, colocando em movimento os diferentes mecanismos de exclusão social, que permanecem no contexto da redemocratização. Estas outras modalidades de violên-

Carla Reis Longhi

cia estendem-se pela sociedade, disseminando-se em diferentes instituições sociais, como na família, na escola e na maior parte das instituições diretamente vinculadas ao Estado, quando este mesmo Estado traz a proposição da violência em seu bojo.

Nestes casos, tem em seus órgãos de Segurança Pública sua maior expressão. Como colocado por Foucault *A prisão é o único lugar onde o poder se manifesta em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justifica como poder moral.*²⁹ A bibliografia³⁰ referente às violências institucionais, especialmente as condições existentes em nosso Sistema Penitenciário no contexto da redemocratização é unânime em indicar as continuidades autoritárias. Várias são as suas expressões: os agentes públicos diretamente vinculados ao sistema carcerário e aos órgãos policiais (militares e civis) continuam os mesmos, reproduzindo em sua prática a mentalidade autoritária própria do contexto do regime militar. A legislação referente à Segurança Pública também mantém claras permanências, tais quais, a manutenção de uma polícia dual, constituída por setores civis e setores militares que se complementam mas competem, sendo os segundos responsáveis pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, mantendo a militarização destas atividades, acompanhadas da manutenção do Foro privilegiado para esta corporação. Os relatos³¹ produzidos por grupos de direitos humanos e pesquisadores vinculados ao tema indicam, minuciosamente, as violências praticadas dentro dos cárceres em nítida contradição com a legislação existente. Estas continuidades são reforçadas pelos ideários disseminados pelas mídias massivas e reproduzidos por parte da população que entende que o controle da violência disseminada pela sociedade só ocorrerá com a intensificação da ação repressiva por parte do Estado, fato este que colabora com os desmandos e falta de fiscalização da ação policial, criando um círculo vicioso entre prática e mentalidade em relação ao crime e a repressão.

Encerrando esta reflexão, entendemos que o Aparato Repressivo, expoente da *Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento*, tema que alinhava este artigo, moldado durante o regime militar, expressa com clareza o modelo de sociedade buscado pelos governos militares, indicando em seu processo de constituição, os confrontos e tensões presentes na proposição deste mesmo modelo. Ao mesmo tempo, traz em seu bojo, a reflexão sobre as dinâmicas da violência, ampliando a discussão inicial e demonstrando que o pensamento autoritário não se restringiu ao regime de exceção, expondo diferentes dimensões de suas permanências no contexto democrático.

Notas

¹Professora Doutora da PUC-SP e professora titular do Programa de Pós-graduação em Comunicação da

O aparato repressivo brasileiro

Universidade Paulista. E-mail: carlalonghi@uol.com.br.

² Em 2002 houve a finalização do projeto ‘Mapeamento e Sistematização do Acervo do DEOPS/SP: série Dossiês (1940-1983)’ Este projeto foi coordenado pela Prof.^a Dra Maria Aparecida de Aquino, num convênio realizado entre o Departamento de História da F.F.L.C.H da USP e o Arquivo Público do Estado de São Paulo, financiado pela FAPESP. Foi desenvolvido entre os anos de 1998-2002 com o intuito de desvendar a lógica de arquivamento e conteúdo desta Série desembocando na coletânea de 5 volumes da coleção- Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro .

³ O nosso contato com o acervo do DEOPS/SP ocorreu em 2002, último ano do projeto de Mapeamento, do qual tivemos a oportunidade de participar, em sua fase final. O resultado integral de nossa pesquisa documental encontra-se em nossa Tese de Doutorado, defendida em 2005 no Depto de História da USP.

⁴ AQUINO, M.^a Aparecida de et alli. *No Coração das Trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001, pp. 26-27, coleção - Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro- vol. 1.

⁵ CAMARGO, Ana Maria de Almeida, BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.), *Dicionário de terminologia arquivista*. São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo)/ Secretaria de Estado da Cultura, 1996, p. 32.

⁶ Como colocado na coleção AQUINO, M.^a A. et alli. O DEOPS/SP – Em Busca do Crime Político, SP, Imprensa Oficial do Estado, 2001, coleção Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do autoritarismo Republicano Brasileiro, vol 4: “A série Prontuários é formada por cerca de 163.000 fichas remissivas e 150.000 pastas prontuários que podem ser referentes a pessoas ou entidades e temas. É a série mais antiga, datando do início do órgão (1924) e somente se encerrando com a sua extinção (1983). O material que armazena originou-se do Arquivo Geral do DEOPS/SP”.

⁷ Estas pastas estão organizadas em dois dossiês: o 20.C.002, que contém 12 pastas iniciadas em 1964, contendo documentação anterior ao golpe e o 20.C.043, que contém 57 pastas e foi iniciado no ano de 1969.

⁸ Esta definição encontra-se hoje, no site oficial da Escola Superior de Guerra no endereço WWW.esg.br

⁹ Além do estudo clássico de René Armand Dreifuss “1964-A Conquista do Estado”, destacamos a também clássica publicação de Maria Helena Moreira Alves “Estado e Oposição no Brasil”.

¹⁰ ALVES, Maria H. Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 _1984)*, Petrópolis, Editora Vozes, 1989, p.40.

¹¹ Baseamo-nos em discussão estabelecida por Antonio Torres Montenegro, professor Adjunto do Depto de História da Universidade Federal de Pernambuco

¹² ALVES, op. cit., p.45

¹³ Pasta 20.C.02- 003, doc. 481, 30/08/61.

¹⁴ Esta palestra foi proferida na sede do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Economia Nacional, com a presença de militares, entre eles: o cel Felicíssimo Cardoso, cel Jocelim Brasil (um dos palestrantes), o major Paulo (da Aeronáutica, citado neste trecho), vários sargentos e outros militares não identificados. Pasta 20.C.02- 003, doc440, 11/10/60.

¹⁵ D’ARAÚJO, M. C., SOARES, Glaucio A. D. e CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis- A memória militar sobre a Abertura*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995, p.31

¹⁶ ALVES, op. cit., p.44.

¹⁷ Id., p. 93

¹⁸ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Editora Forense universitária, 1989.

¹⁹ SOUZA, Percival. *Autópsia do Medo*, São Paulo, Globo, 2000.

²⁰ Seus temas são: 1. Pronunciamentos Políticos (a) Política Interna, b) Política /Administrativa, c) Política Externa, d) Atividades subversivas) / 2. Psico-social – (a) Trabalho, b) Educação e Cultura, c) Assistência e Previdência Social, d) Opinião Pública) / 3. Economia e 4. Militar.

²¹ Pasta 20.C.043- 004, doc. 298, BI n.º 259, 06/11/69.

²² O índice estava organizado a partir dos seguintes tópicos: 1. Assuntos Gerais/ 2. Movimento Religioso/ 3. Potências Comunistas/ 4. *Ásia e África* / 5. *Europa Oriental (5 países)/ 6. Europa Ocidental / (7 países)* 7. *América do Norte (4 itens sobre os E.U.A) / 8. América Central (5 itens sobre Cuba)/ 9. América Latina / 10. América do Sul (7 países)/ 11. As Organizações de Frente Comunistas (7 sub-itens) . Este*

Carla Reis Longhi

índice refere-se ao mês de maio de 1972 e está na Pasta 20.C.043 _032. Sem número.

²³Id., 021, CI o9/70

* Jornal *El País*, Montevideu, 11/04/66.

²⁴D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary D. e CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo - A Memória Militar sobre a Repressão*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, p. 51.

²⁵GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p.141

²⁶*Projeto Brasil: Nunca Mais*, Petrópolis, Editora Vozes, 1996, p.32.

²⁷CANDIDO, Antonio. A verdade da repressão in *Revista USP*, n.º 9, 1991, p. 28

²⁸CHAUÍ, Marilena. A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo in *Almanaque 11. Cadernos de Literatura e Ensaio*, sd.

²⁹FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979, p. 73.

³⁰Vários são os autores que trabalham com esta temática. Podemos destacar os textos de Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Adorno em distintas produções (artigos, livros, entrevistas) que têm como cerne o conceito de Autoritarismo Socialmente Implantado; Guillermo O'Donnel, autor que criou tal conceito e que trabalha com uma análise comparativa entre os países latino-americanos e, por fim, o projeto desenvolvido por Vera Lúcia Vieira que integra o Observatório das Violências Policiais-SP (www.ovp-sp.org) ao Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL)- Núcleo Trabalho, Ideologia e Poder, da PUC-SP e desenvolve projeto de pesquisa sobre a violência institucional no Brasil.

³¹Podemos destacar os relatos da Comissão Teotônio Vilela, ainda no contexto do regime militar, estendendo-se até 1986. Nestes são descritas as condições encontradas pela comissão nas prisões e Instituições fechadas que foram visitadas e estão descritas no livro- PINHEIRO, Paulo Sérgio (org) *Democracia X Violência- Comissão Teotônio Vilela*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.